

Conselho de Administração da RTP propõe corte salarial para 2026

Recebida a contraproposta da Administração no dia 18 de fevereiro, a primeira reunião de negociação coletiva discutida, na passada quarta-feira, trouxe uma proposta que traduz uma redução salarial e um ataque a direitos conquistados.

Informamos, de forma clara e objetiva, o essencial do que foi **apresentado pela Administração da RTP** :

- Aumento salarial: 5€ por mês;
- Fim da comparticipação da Empresa para o Seguro de Complemento de Reforma (cerca de 3% do vencimento);
- Eliminação do subsídio de deslocação;
- Aumento para 3€/mês na comparticipação do trabalhador para o plano Médis, sem melhoria de serviços;
- Pagamento de 66€/ano por cada membro do agregado familiar para aceder ao plano Médis, nas mesmas condições do trabalhador.

O que isto significa:

A soma das medidas propostas transforma os 5€ anunciados num falso aumento: na prática, a maioria dos trabalhadores perde rendimento líquido, com impacto anual que se traduz em milhões de euros retirados aos salários. Acresce que a Administração propôs um aumento de 52€ para o nível 1 de desenvolvimento onde não existe quais quer trabalhadores da RTP.

A Administração afirmou que “não está a diminuir os custos com pessoal, mas a olhar para os custos da Empresa”, e chegou a ponderar denunciar o Acordo de Empresa antes de apresentar a proposta.

O presidente da RTP, Dr. Nicolau Santos , nesta reunião lembrou John Kennedy e parafraseou:

“Está na altura de os sindicatos deixarem de perguntar o que a RTP pode fazer por eles, mas perguntarem o que os sindicatos podem fazer pela RTP.”

Depois de 13 anos consecutivos de resultados positivos da empresa, mas também de 13 anos em que:

- Durante seis anos os trabalhadores tiveram aumentos salariais zero;
- Os subsídios de Natal e de férias foram retirados no período da troika e ficaram na empresa.
- O trabalho extraordinário passou a valer metade;
- Centenas de trabalhadores foram empurrados para falsos recibos verdes, sem direitos, nem estabilidade;
- O salário médio da RTP perdeu quase 25% do seu valor relativo, face ao salário médio nacional;
- Foram os trabalhadores os que sempre mais defenderam a Empresa e o Serviço Público.

Àquela provocação os sindicatos respondem enaltecendo Vinicius de Moraes:

**“E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia que sim
Começou a dizer que não.”**

Os sindicatos rejeitaram, liminarmente, a proposta.

Reafirmamos que os custos da empresa não podem ser suportados pelos trabalhadores.

Cabe ao Conselho de Administração garantir gestão eficaz — auditar, monitorizar e implementar procedimentos corretos — e cabe ao Estado assegurar o financiamento do Serviço Público de Media, evitando a asfixia que conduz ao desmantelamento da empresa.

Os sindicatos vão organizar um Plenário Geral de Trabalhadores para decidir as medidas de resposta. Daremos nota dos pormenores, oportunamente.

A próxima reunião com o CA está agendada para dia 30 de março.

Apelamos à participação ativa de todos, a defesa dos nossos direitos depende da presença e da voz coletiva.

É hora de agir em conjunto,

com os sindicatos,

Sindicato dos Meios Audiovisuais (**SMAV**)

Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (**SINTTAV**)

Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicações Audiovisuais (**STT**)

Sindicato Independente dos trabalhadores da Informação e Comunicações (**SITIC**)

Federação dos Engenheiros (**FE**)

Sindicato dos Jornalistas (**SJ**)

Sindicato das Telecomunicações de Portugal (**SICOMP**)

Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (**SINDETELCO**)

Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviço (**FETESE**)

Sindicato dos Trabalhadores do Setor dos Serviços (**SITESE**)

Lisboa, 6 de março de 2026